



À Descoberta da Europa Mundo

Portalegre

Escola Secundária de São Lourenço

DATA: 11 de Fevereiro, 10h00

União Europeia: Diversidade, Migrações e Direitos Humanos

ORADORES

Víctor Nogueira, Presidente da Assembleia Geral, Amnistia Internacional

Bruno Martins, Programa Europa, IEEI

SÍNTESE

A Escola Secundária de São Lourenço, em Portalegre, acolheu o terceiro Atelier da série de debates que o IEEI organiza nas Escolas Secundárias até Maio de 2008.

No Atelier estiveram presentes, além dos Professores Luísa Moreira, Mariano Costa Pinto e Adriano Capote, o Dr. Bruno Martins, do Programa Europa do IEEI e o Dr. Víctor Nogueira, como representante da Amnistia Internacional em Portugal.

A questão dos Direitos Humanos assume uma importância significativa para o projecto europeu, tanto no que concerne à sua política interna como externa. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem, ratificada em 1950, na esteira da Declaração Universal dos Direitos Humanos – cujos 60 anos da assinatura são celebrados em 2008 -, constituiu uma inovação, na medida em que, ao indivíduo é consagrado o direito de intervir em sistemas jurídicos que ultrapassam o espaço nacional. Além disso, a Declaração Universal e a Convenção Europeia vêm acentuar a tónica na interacção entre os Direitos cívicos e políticos e os Direitos económicos, sociais e culturais.

Mas os Direitos Humanos são sobretudo uma questão de vivência quotidiana, e, por isso, na discussão entre oradores e alunos foram colocadas questões sobre a coerência entre o conteúdo dos textos e a prática: os Direitos são de facto vinculativos? A Europa respeita os Direitos Humanos da mesma forma que exige aos países com que mantém relações externas que façam?

Os alunos mostraram-se interessados na discussão sobre a temática e revelaram estar particularmente sensíveis aos casos de atropelo dos direitos entre grupos mais frágeis, como as mulheres ou os migrantes, lembrando, através de exemplos práticos, que o desrespeito pelos Direitos Humanos pelos estados podem ser cometidos pela não protecção dos cidadãos contra abusos infligidos por outros actores.